



Índice

- 01** Indígenas se reúnem na Esperança e aguardam vinda de secretário nacional da Sesai
- 02** Fazendeiro faz acordo com indígenas e retira parte do gado da fazenda Esperança
- 03** Agricultores protestam após nova ocupação de índios no Norte do RS
- 04** Índios abandonam terra invadida em Sananduva
- 05** Índios ocupam nova propriedade em Cacique Doble
- 06** Em Dourados, 21 crianças indígenas serão retiradas de abrigos
- 07** Protesto indígena contra a petroleira Chevro ocupam poços de petróleo
- 08** Frente alerta para nova ameaça contra os direitos indígenas
- 09** Indígenas, quilombolas e integrantes de outros grupos tradicionais são ouvidos pelo governo federal
- 10** Governo Tarso assume discurso contra indígenas e acirra conflitos entre Kaingang e agricultores



Indígenas se reúnem na Esperança e aguardam vinda de secretário nacional da Sesai
SÍTIO REGIÃO NEWS, 16.07.2013

Segundo o líder Lindomar Terena, neste momento os índios estão reunidos na fazenda para chegar ao consenso de quem será o novo diretor.

Indígenas da etnia Terena, que ocupam a Fazenda Esperança em Aquidauana, aguardam a vinda do secretário nacional da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Antônio Alves de Souza, a Mato Grosso do Sul na próxima semana para indicação de um novo nome para a secretaria da Sesai no Estado.

Segundo o líder Lindomar Terena, neste momento os índios estão reunidos na fazenda para chegar ao consenso de quem será o novo diretor. "Três nomes estão cotados: professor Alberto (da Aldeia Buriti), Vanderley (da Limão Verde) e Fernando do Conselho distrital de Saúde Indígena", explicou Lindomar.

No início deste mês, cerca de 100 indígenas de várias etnias protestaram na Sesai em Campo Grande e para pedir a substituição do atual chefe regional, Nelson Olazar alegando que não há ações concretas para a melhoria da saúde indígena, mas ele ainda permanece no cargo, que é de confiança e indicado pelo Ministro da Saúde.

A assessoria de imprensa da Sesai nacional confirmou a vinda do secretário, mas a data ainda não foi definida. Também informou que a secretaria está aberta ao diálogo, se dispôs a ir em todos os locais que ocorrem ocupações e reivindicações por saúde, mas também não confirmou a possível saída de Nelson do cargo.

A reportagem tentou por diversas vezes contato com indígenas que estão na fazenda neste momento para saber o nome escolhido, mas sem sucesso. O dono da fazenda, o pecuarista Nilton Carvalho, também não foi encontrado para confirmar se no local está ocorrendo apenas a reunião ou outra movimentação sobre a ocupação.

No último sábado foi o prazo final dos indígenas para que Nilton retirasse os bens materiais da fazenda, mas Lindomar Terena afirmou que nada foi retirado e que os indígenas continuam a plantar e cuidar da Aldeia Esperança, como nomearam o local.



Fazendeiro faz acordo com indígenas e retira parte do gado da fazenda Esperança
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 16.07.2013

Parte do gado da fazenda Esperança, em Aquidauana, ocupada por indígenas da etnia terena, começará a ser retirado na manhã desta terça-feira (16). Por intermédio do MPF (Ministério Público Federal) o proprietário Nilton Carvalho fez um acordo com os índios.

Na propriedade são cerca de 2 mil cabeças de gado. A retirada levará parte desses animais levará pelo menos 15 dias, de acordo com o advogado do dono fazenda, Sergio Muritiba. Segundo ele, as negociações começaram na última sexta-feira.

“Ele (Nilton) está retirando o gado porque precisa sobreviver”, afirma o advogado.

No início do mês o presidente do TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), desembargador federal Newton De Lucca, suspendeu a reintegração de posse da fazenda com objetivo de evitar um novo conflito entre a Polícia e os indígenas, como ocorre na fazenda Buriti, em Sidrolândia.

O proprietário da fazenda cogitou entrar com mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) para que a reintegração de posse fosse cumprida, porém de acordo com Muritiba, novas ações serão providenciadas após mais uma reunião do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em Campo Grande marcada para o dia 5 de agosto.

Os indígenas ocupam a fazenda há 45 dias.



Agricultores protestam após nova ocupação de índios no Norte do RS

SÍTIO G1, 16.07.2013

Cerca de mil produtores rurais cobraram soluções no centro de Sananduva. Em Cacique Doble, indígenas ocuparam propriedade rural pela manhã.

Um dia após um confronto entre indígenas e agricultores deixar quatro feridos em Sananduva, no Norte do Rio Grande do Sul, uma nova propriedade foi ocupada no município vizinho de Cacique Doble. Um ato de protesto contra as ocupações foi realizado na tarde desta terça-feira (16) pelos produtores rurais, no centro de Sananduva.

Mais de mil pessoas se reuniram na praça central de Sananduva para cobrar soluções das autoridades para o conflito entre indígenas e agricultores na região. Carros que teriam sido danificados pelos índios durante o confronto de segunda-feira (15) foram expostos no local, assim como as armas. Dos quatro feridos no conflito, dois permanecem internados em hospitais de Sananduva e Passo Fundo.

Há cerca de 10 quilômetros do local do protesto, cerca de 120 índios caingangue ocuparam pela manhã uma fazenda em Cacique Doble, numa área de 100 hectares na localidade de São Jorge. Segundo a Brigada Militar, seriam os mesmos indígenas que ocupavam a propriedade em Sananduva. Cerca de 30 policiais militares monitoram a região.

Os índios alegam que as áreas invadidas fazem parte da demarcação de terras feitas pela Funai. "Nossa família se criou aqui e isso está na história desse país", diz a indígena Eva Pinto.

Já os agricultores do interior de Sananduva começaram a destruir casas e galpões. A intenção é evitar que os índios voltem a invadir propriedades na região. Na área que estava ocupada há oito dias e que gerou o conflito, construções foram derrubadas e telhados quebrados. "Não quero nunca mais passar por isso que passei esses dias", diz o produtor Angelino Pansera.

Uma reunião foi realizada com lideranças indígenas nesta terça (16) na sede do Ministério Público Federal (MPF), em Erechim, para discutir o confronto com agricultores registrado em Sananduva. Representantes da Polícia Federal (PF) e da Funai também estiveram presentes no encontro.



Índios abandonam terra invadida em Sananduva

SÍTIO O NACIONAL, 16.07.2013

Comunidade alegava demora na demarcação de territórios indígenas

Depois de um confronto entre indígenas e proprietários rurais de Sananduva, no Nordeste gaúcho, os índios que ocupavam uma fazenda na cidade desocuparam o território. Na briga, quatro pessoas ficaram feridas, mas, conforme a Brigada Militar (BM), nenhuma com gravidade. Segundo os policiais, o grupo se deslocou para a localidade da Ilha das Cobras, onde outros já estavam acampados.

O território de propriedade de Angelino Pansera foi invadido no dia 8 de julho por dezenas de índios. O agricultor e a Associação dos Produtores Rurais de Cacique Doble e Sananduva chegou a solicitar na Justiça Federal, mas até a tarde passada estava sendo analisado. Os índios dizem haver demora no processo de demarcação de áreas da região já declaradas em portaria como reserva. Ao todo, 163 famílias são proprietárias das terras envolvidas, num total de 1,9 mil hectares.

Fonte: Jerônimo Pires



Índios ocupam nova propriedade em Cacique Doble
SÍTIO RONDÔNIA VIP, 16.07.2013

Brigada Militar faz barreiras na região para evitar confrontos

Um dia após o conflito com agricultores, as cerca de 60 famílias caingangues deixaram a propriedade invadida na semana passada, em Sananduva, e ocuparam, na manhã de terça-feira, uma nova área, com aproximadamente 500 hectares, na localidade Consoladora, município de Cacique Doble. Um efetivo do Pelotão de Operações Especiais (POE), da Brigada Militar de Vacaria está na região. Os policiais montaram três barreiras nas estradas de acesso ao acampamento improvisado pelos índios dentro da propriedade. Todos os veículos estão sendo revistados e a passagem de agricultores é restrita. "Estamos deixando passar apenas moradores aqui da localidade para evitar novos confrontos. Em alguns casos precisamos realizar escolta" disse um dos PMs, que pediu para não se identificar.

Conflito

Na versão apresentada pelos índios sobre o confronto com agricultores, na segunda-feira, contaram que o cacique teria ido até a capela, em São Caetano, telefonar para o motorista de um caminhão fazer o transporte das famílias para a nova propriedade, quando teria sido abordado por um grupo de agricultores. "Percebemos que ele estava demorando demais. Fomos atrás e encontramos ele cercado. Aí entramos em luta e conseguimos desarmar eles. Um índio chegou a levar um tiro na perna. Não precisava nada disso, a gente já tinha entrado em acordo" contou Laerte Franco, 26 anos, apresentando um ferimento na altura do joelho provocado, segundo ele, durante o conflito. Os índios ainda aguardam a chegada de outros grupos no acampamento. Preocupados com novas invasões, agricultores da localidade de São Caetano, decidiram derrubar as casas e galpões ocupados pelos índios.



Em Dourados, 21 crianças indígenas serão retiradas de abrigos

SÍTIO PROGRESSO, 16.07.2013

Elas serão reinseridas em famílias indígenas em setembro deste ano por Comissão Indígena. Ao todo, 35 famílias vão atuar na Reserva como acolhedoras de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Em Dourados, 21 crianças indígenas que estão “envelhecendo” nos abrigos serão retiradas dessas entidades a partir de setembro deste ano. A informação é do coordenador da Comissão de Apoio à Criança e ao Adolescente Indígena em Situação de Vulnerabilidade, Diogenes Cariaga.

Segundo ele, estes indiozinhos que estavam em situação de vulnerabilidade estão tendo o processo acelerado de incorporação dentro da comunidade indígena. “Estamos fazendo a mediação para que estas crianças e adolescentes sejam reintegradas no convívio de um familiar ou parentes que queiram adotar dentro da reserva”, destaca.

De acordo com Diogenes, a comunidade ainda resiste a proposta do judiciário das crianças serem encaminhadas para o Cadastro Nacional de Adoção. “Ainda se teme que estas crianças percam a identidade cultural. No entanto, crianças que já estão há mais de cinco anos nos abrigos, estão mais acostumadas ao modo de vida urbana. Talvez seja um choque para elas voltarem para a aldeia. Tudo deve ser analisado”, destaca.

Diogenes disse que além de chamar os parentes dessas crianças para assumirem esta responsabilidade, uma lista de 35 famílias foi montada. Essas pessoas vão cuidar das crianças em situação de vulnerabilidade evitando assim que os indiozinhos deixem as aldeias. “São as famílias acolhedoras que atuarão de modo temporário até que um lar seja destinado para estas crianças dentro da aldeia”, conta.

A discussão da adoção das crianças indígenas começou no final do ano passado. Se por um lado órgãos de proteção ao índio defendem que as crianças devem ser adotadas por lideranças da comunidade indígena, por outro a Promotora da Infância e da Juventude, Fabrícia de Lima, acredita que na ausência de famílias indígenas interessadas, as crianças devem ser encaminhadas para o cadastro Nacional de Adoção, e conseguirem portanto ser adotadas por não-índios. A medida tem a finalidade de destinar um lar para as crianças que, segundo a Promotoria, estavam, até então, praticamente abandonadas pela comunidade indígena, restando apenas os abrigos como alternativa.

“A lei prevê que as crianças devem ficar num prazo máximo de até dois anos nos abrigos e infelizmente, no caso das indígenas isto não acontece porque elas estão passando muito tempo, até mesmo se tornando adultas nesses lares. O problema é que estas crianças, como qualquer outra, têm o direito de ter uma referência de pai e mãe e o que de fato é uma família”, disse Fabrícia.



Protesto indígena contra a petroleira Chevro ocupam poços de petróleo

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 16.07.2013

Indígenas ocuparam os poços em Vaca Muerta em protesto a iminente assinatura de um contrato entre as petroleiras YPF da Argentina e a Chevron dos EUA

Indígenas mapuche ocuparam nesta terça-feira (16/7) dois poços de petróleo em Vaca Muerta, uma das maiores reservas de hidrocarbonetos não convencionais do mundo, contra a iminente assinatura de um contrato entre as petroleiras YPF da Argentina e a Chevron dos EUA.

"A YPF está trazendo a pior empresa do mundo, que é a Chevron", disse ao canal a cabo Todo Noticias Lefxaru Nahuel, o líder da Confederação Mapuche de Neuquén, no local do protesto.

A ocupação pacífica dos poços por uma centena de mapuches levou à suspensão da atividade desde a manhã desta terça-feira (16/7), na jazida onde opera uma concessionária da YPF na área de Vaca Muerta, 1.100 km a sudoeste de Buenos Aires.

"Nossa luta é, sobretudo, contra a hidrofratura (sistema não convencional de fratura da rocha pelo qual se extrai o hidrocarboneto), que é contaminante, e também contra a Chevron. Nossa posição é de não permitir a entrada da Chevron na terra mapuche", insistiu.

Os pré-acordos entre a petroleira argentina e a Chevron contemplam um investimento inicial de 1,5 bilhão de dólares e um investimento global, no final do processo, de cerca de U\$15 bilhões.

O capital é destinado à exploração de Loma La Lata Norte, cerca de 360 km² dos 12.075 Km² que a YPF possui na formação geológica de Vaca Muerta, jazida de petróleo e gás de xisto.

O prêmio Nobel da Paz argentino (1980), Adolfo Pérez Esquivel, disse em comunicado que "mediante este acordo com a Chevron, os argentinos, estamos entregando nossos recursos aos EUA e transformando a YPF em uma empresa altamente contaminante, que usará o método conhecido como fracking (fratura)".

Os técnicos da YPF negam que a tecnologia utilizada gere contaminação aos aquíferos.



Frente alerta para nova ameaça contra os direitos indígenas

SÍTIO ROLNEWS, 16.07.2013

O coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, deputado federal Padre Ton (PT-RO), durante entrevista hoje (16) à jornalista Beth Begonha, do programa radiofônico "Amazônia Brasileira", fez um alerta para nova ameaça do parlamento contra os direitos dos povos indígenas garantidos no artigo 231 da Constituição Federal, que reconhece direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam.

"A bancada ruralista, com apoio de líderes partidários, se articula para que seja votado com urgência, sem mais discussões, o projeto de lei complementar (PLP 227/2012) que na prática irá fulminar com o principal artigo constitucional, que reconhece dívida histórica para com nossos povos indígenas", diz o deputado Padre Ton, fazendo um apelo para que os membros da Frente e líderes não apoiem a urgência da matéria sem amplo debate sobre o assunto.

O PLP 227, relatado pelo deputado Moreira Mendes (PSD-RO), pretende abrir as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, bens da União, para empreendimentos de interesse da bancada ruralista e de outros grandes grupos econômicos, da mineração, da construção civil e do setor madeireiro, "interessados na exploração de terras potencialmente favoráveis à expansão do capitalismo duro e desrespeitoso com os direitos das minorias do Brasil".

A pretexto de regulamentar o artigo 231 em seu parágrafo 6º, que define a necessidade de lei complementar para impor exceções ao direito de uso exclusivo dos indígenas das terras tradicionais em caso de relevante interesse público da União, é que o projeto, para o deputado Padre Ton, foi arquitetado.

"A Câmara não pode permitir essa votação. É mais um ataque aos direitos dos povos indígenas, e esse projeto é muito pior do que a PEC 215. É um verdadeiro esbulho sobre terras garantidas ao usufruto dos povos indígenas, com a gravidade de que ao contrário de entendimento já firmado pelo Supremo Tribunal Federal, paralisa qualquer outra possível destinação de terras aos indígenas ao estabelecer como marco temporal da ocupação indígena 5 de outubro de 1988", avalia Padre Ton.

O coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas confia que os deputados e sobretudo o presidente Henrique Alves (PMDB-RN), que durante o Abril Indígena instituiu grupo de trabalho para avaliar projetos prejudiciais aos povos indígenas, não cometam "o desatino de ceder à proposta da bancada ruralista, que sem nenhuma transparência com a sociedade e respeito à Constituição produzem lei a pretexto de salvaguardar interesses públicos, mas na verdade impõem interesses privados que atendem a uma elite econômica distante dos interesses do conjunto do povo brasileiro".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 125 / 2013

Brasília, 17 de julho de 2013.

O governo federal, para o deputado, precisa se desvencilhar das pressões da bancada ruralista e adotar uma postura mais firme em defesa dos direitos dos povos indígenas. "A União é a guardiã e mediadora das questões cruciais e urgentes que afetam os nossos povos indígenas. A presidenta Dilma Rousseff recebeu pela primeira vez, na semana passada, lideranças de todo o Brasil. Espero que esse gesto signifique uma mudança na postura do governo, que precisa fortalecer a Funai e garantir os direitos de nossos povos indígenas", diz.



Indígenas, quilombolas e integrantes de outros grupos tradicionais são ouvidos pelo governo federal

SÍTIO JORNAL BRASIL, 17.07.2013

As reivindicações de povos indígenas e dos quilombolas, entre outros, serão ouvidas pelo governo federal. Representantes dos ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Pesca e Agricultura e de outros órgãos participaram, nesta terça-feira (16/07), em Brasília, da abertura da Conferência Setorial Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. O evento é uma preparatória para a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, prevista para ocorrer em outubro deste ano.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, destacou a importância da participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade. "Há, aqui, uma divisão social que quer uma nova forma de política, integrada e participativa", afirmou. "Estamos aprendendo a conciliar os vários interesses existentes e, assim, promover o desenvolvimento sustentável. Precisamos de uma articulação que leve essas políticas até a ponta da cadeia."

BOLSA VERDE"

Entre as iniciativas realizadas pelo MMA, o secretário ressaltou o Programa Bolsa Verde, que concede, a cada três meses, o benefício de R\$ 300 a famílias em situação de extrema pobreza situadas em áreas prioritárias para conservação ambiental. Com isso, o incremento na renda se alia à conservação dos ecossistemas em que elas estão inseridas. "Estamos identificando novas famílias para participar do programa", explicou. "É um esforço para construir um país democrático e sustentável.""

Diversas conferências estão sendo realizadas em todo o país para definir propostas e eleger os delegados que serão levados à 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. O encontro terá como eixo central a construção de um plano específico para o setor. Além disso, aspectos ligados à reforma agrária, ao fortalecimento da agricultura familiar, à autonomia das mulheres rurais e da juventude rural e a outros pontos serão discutidos no evento.

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, afirmou que o objetivo é dar celeridade às medidas governamentais voltadas para o público. "A autonomia econômica tem de chegar, de fato, para esses povos", defendeu. "O país vive um momento político que nos impõe responsabilidades ainda maiores. É preciso que todos participem desse debate.""

Fonte: Ascom/MMA



Governo Tarso assume discurso contra indígenas e acirra conflitos entre Kaingang e agricultores

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 16.07.2013

Por Matias Benno Rempel, do Grupo de Apoio aos Povos Indígenas

Ontem (15), pela manhã, lideranças indígenas e entidades indigenistas que haviam se deslocado até a sede administrativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) na cidade de Passo Fundo para participar de uma reunião chamada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SDR-RS) frustraram-se ao saber que a mesma nem sequer havia sido marcada. Segundo Adir Reginato, Coordenador Regional da Funai, o órgão não foi contatado em nenhum momento pela Secretaria.

A reunião em questão tratava-se de um diálogo entre lideranças indígenas, representantes do governo do estado e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e havia sido prometida aos indígenas pelo próprio secretário de Desenvolvimento Rural Ivar Pavan. O secretário garantiu aos Kaingang no dia 13 de julho que tinha o compromisso de apaziguar os conflitos envolvendo a demarcação da Terra Indígena Kaingang do Passo da Forquilha e garantir a segurança da comunidade indígena que se encontrava acampada em uma fazenda em Sanaduva para pedir agilidade no processo demarcatório.

Na verdade, a reunião havia sido assegurada como forma de garantir o cumprimento de promessas feitas pelo próprio governador Tarso Genro em audiência com as lideranças indígenas e quilombolas do Rio Grande do Sul no último dia 04 de junho. Nesta audiência, em tom enfático, o governador garantiu a continuidade dos processos de demarcação, afirmou que os indígenas possuíam um inegável direito imemorial e originário sobre as terras reivindicadas, anunciou que buscava formas de pagar indenização plena aos agricultores junto ao governo federal e comprometeu-se em enviar grupos governamentais para as zonas de conflito, assegurando a integridade dos indígenas.

Para além de uma alegada sobreposição de agendas, o motivo do descumprimento do compromisso com os indígenas por parte do governo do estado ganhou tons mais claros ainda na mesma manhã. Na cidade de Erechim, a menos de 100 Km de Passo Fundo, o governador Tarso Genro, conjuntamente com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, secretários de estado e deputados estaduais e federais oficializaram a entrega de máquinas agrícolas para municípios da região. Recebidos por manifestantes que supostamente representavam os interesses dos pequenos agricultores da região, o governador garantiu – em discurso contraditório ao realizado frente as lideranças indígenas – que em seu governo nenhum agricultor deixaria suas terras e assegurou que: “se tivermos uma decisão da justiça para tirar as terras de vocês, irei para a cadeia e não cumprirei a determinação”.

A falta de firmeza do governador em honrar seu compromisso com os povos indígenas, o discurso conveniente e comprometido deste em relação aos agricultores e a negligência da Secretaria de Desenvolvimento Rural com a comunidade Kaingang produziram efeito imediato.

CONT.



Logo após o pronunciamento do governador, fazendeiros e agricultores intensificaram as investidas contra a comunidade Kaingang em Sananduva. Quando os indígenas já se retiravam da ocupação houve confusão com os agricultores e, com a total falta de proteção do estado, houve tiros e pancadaria em que dois indígenas e dois agricultores acabaram feridos e foram encaminhados ao hospital local.

A postura do governo do Rio Grande do Sul é a postura de quem aposta no conflito e, infelizmente, as palavras do governador acabaram por fazer coro ao discurso que vem sendo proferido já há bastante tempo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em esfera nacional, o discurso antiindígena. Enquanto ruralistas atropelam e atacam direitos constitucionalmente garantidos aos povos indígenas e quilombolas país afora, Tarso Genro alimenta a falsa problemática entre os pequenos agricultores e os povos originários, mesmo já tendo admitido em frente as lideranças indígenas que tem plena consciência de que são os interesses dos grandes fazendeiros que alimentam este conflito. Desta forma, o governo mais uma vez deixa de dar a mão ao povo para receber um fraterno abraço do agronegócio.